



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL Nº 1/2025

PROVA DISCURSIVA - PROCURADOR

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **05 (cinco)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova a folha de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de textos definitivos
- **1h30min (uma hora e meia)** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Prova Discursiva Procurador

1

Matheus, Deputado Federal, foi convidado a ministrar palestra aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Em assim sendo, o parlamentar compareceu à repartição pública, ocasião em que tratou dos mais variados temas afetos à carreira e ao Estado Democrático de Direito.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Constituição Federal, da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, além do entendimento doutrinário prevalecente.

- a) É juridicamente cabível a prisão em flagrante de parlamentar federal?
- b) Exige-se autorização da Câmara dos Deputados para que o Supremo Tribunal Federal proceda ao recebimento de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República em face de parlamentar federal, por crime ocorrido após a diplomação?
- c) Admite-se a suspensão das imunidades parlamentares durante o estado de sítio?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2

Situações envolvendo agentes públicos foram submetidas à apreciação da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação.

Responda cada um dos questionamentos delas decorrentes, fundamentadamente, à luz dos ditames constitucionais e em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) Os agentes políticos que respondem por crime de responsabilidade estão imunizados da aplicação de sanções com base na Lei Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), ao argumento de que aquela esfera absorve esta última? Algum agente político é excepcionado da resposta anterior? Em caso positivo, qual ou quais.**
- b) Os servidores de carreira da Assembleia Legislativa têm direito de greve? Caso não haja conduta ilícita por parte da Administração, devem ser descontados os dias parados do servidor em razão de adesão ao movimento grevista?**
- c) A demissão de empregado público de empresa pública é possível sem a instauração de processo administrativo? É necessário que a motivação da demissão se enquadre dentre as hipóteses de justa causa elencadas legislação trabalhista?**
- d) O agente regularmente contratado temporariamente, nos termos do Art. 37, IX, da CRFB/88 e de norma local constitucional, tem direito ao décimo terceiro e férias remuneradas, acrescidas do terço constitucional? Existem exceções à resposta anterior? Em caso positivo, indique qual ou quais.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

3

A Constituição da República e a legislação financeira admitem a criação de fundos especiais de despesa como instrumentos de gestão e de execução de políticas públicas. No âmbito estadual, destacam-se o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo da Pessoa Idosa, que recebem recursos orçamentários e doações incentivadas (dedutíveis do Imposto de Renda), demandando atuação institucional da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) no exercício das funções legislativa, fiscalizatória e de controle.

Considerando o papel constitucional da Assembleia Legislativa na fiscalização e controle dos fundos públicos, redija um texto dissertativo abordando:

- a) A natureza jurídica do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo da Pessoa Idosa à luz da Lei nº 4.320/1964, diferenciando o conceito de fundo especial de despesa das noções de fundos financeiros e fundos rotativos;**
- b) O regime de transferência desses recursos para o Terceiro Setor e a competência fiscalizatória da ALE-AM sobre tais repasses;**
- c) A relação entre a gestão desses fundos e a qualidade do gasto público, considerando os riscos de "empocamento" de receitas e o princípio da vedação ao contingenciamento injustificado.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

4

Durante viagem institucional ao interior do Estado do Amazonas, João, Deputado Estadual, se deparou com determinada unidade de conservação denominada de *Monumento Natural*. Interessado na temática afeta à proteção do meio ambiente, direito fundamental de terceira geração e uma de suas bandeiras eleitorais, o parlamentar solicitou à sua equipe a apresentação de informações detalhadas sobre a matéria.

Com base no cenário hipotético narrado, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz das disposições da Lei nº 9.985/2000 e do entendimento doutrinário dominante.

- a) Indique a categoria a que pertence a unidade de conservação denominada de *Monumento Natural* e o seu objetivo básico.**
b) A unidade de conservação denominada de *Monumento Natural* pode ser constituída por áreas particulares?
c) É juridicamente cabível a desafetação ou a redução dos limites de uma unidade de conservação?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

5

O sistema previdenciário brasileiro, no âmbito dos regimes básicos de proteção social, permite identificar a segregação entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social e, ainda, os Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos, os quais são organizados por entes federativos. Tudo isso sem prejuízo de regimes especiais e, também, o modelo de previdência complementar.

Nesse contexto, é natural que haja relativa confusão entre a correta vinculação previdenciária e os requisitos de elegibilidade para fins de obtenção de benefícios.

Diante desse cenário normativo, em uma hipotética situação na qual um advogado militante na atividade privada obtenha ingresso na carreira pública de procurador do Estado do Amazonas, algumas indagações surgem. A nomeação e exercício efetivo do hipotético novo servidor toma lugar em janeiro de 2026.

Sendo assim responda, de forma fundamentada:

- a) A qual regime previdenciário estará filiado o Procurador do Estado, partindo da premissa que a função pública será sua única atividade remunerada?**
- b) Caso o tempo de atividade privada anterior tenha sido como segurado empregado do RGPS, poderá o mesmo ser computado para fins de aposentadoria no cargo público?**
- c) O Procurador será obrigatoriamente filiado a algum regime de previdência complementar?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

